



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

### 017. PROVA OBJETIVA

## Conhecimentos Gerais e Conhecimentos Específicos (1)

### AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO MUNICIPAL (CÓD. 018)

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 70 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

**AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.**

Nome do candidato \_\_\_\_\_

RG \_\_\_\_\_

Inscrição \_\_\_\_\_

Prédio \_\_\_\_\_

Sala \_\_\_\_\_

Carteira \_\_\_\_\_



## CONHECIMENTOS GERAIS

### LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01** a **06**.

Pouco antes de eu completar quatro anos de idade, nasceu nossa irmã mais nova, para quem eu escolhera o nome de Maria Bethânia, por causa de uma bela valsa do compositor pernambucano Capiba. Mas ninguém se sentia com coragem de realmente pôr esse nome “tão pesado” num bebê. Como havia várias outras sugestões, meu pai resolveu escrever todos os nomes em pedacinhos de papel que, depois de dobrados, ele jogou na copa de meu pequeno chapéu de explorador e me deu para tirar na sorte. Saiu o da minha escolha. Meu pai então pôs um ar resignado que era uma ordem para que todos também se resignassem e disse: “Pronto. Agora tem que ser Maria Bethânia”. E saiu para registrar a recém-nascida com esse nome. Recentemente, ouvi de minhas irmãs mais velhas uma versão que diz que meu pai escrevera Maria Bethânia em todos os papéis. Não é de todo improvável. E, de fato, na expressão resignada de meu pai era visível – ainda hoje o é, na lembrança – um intrigante toque de humor. Mas, embora me encha de orgulho o pensamento de que meu pai possa ter trapaceado para me agradar, eu sempre preferi crer na autenticidade do sorteio: essa intervenção do acaso parece conferir mais realidade a tudo o que veio a se passar desde então, pois ela faz crescerem ao mesmo tempo as magias (que nos dão a impressão de se excluírem mutuamente) do presságio e da unicidade absolutamente gratuita de cada acontecimento.

(Caetano Veloso. *Verdade tropical*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997. Adaptado)

**01.** Uma frase condizente com a mensagem do texto está em:

- (A) O caráter ilibado do pai do autor o impede de cogitar fraude no sorteio.
- (B) O fato de o pai trapacear para agradá-lo deixa o autor inconformado.
- (C) As reservas ao nome Maria Bethânia deviam-se ao seu aspecto grave.
- (D) As irmãs mais velhas confessaram que Maria Bethânia era o nome mais bem cotado.
- (E) O autor lembra-se com nitidez da predileção do pai pelo nome Maria Bethânia.

**02.** Considere o seguinte trecho:

Como **havia** várias outras sugestões, meu pai **resolveu escrever** todos os nomes em pedacinhos de papel que, depois de dobrados, ele **jogou** na copa de meu pequeno chapéu de explorador e me **deu** para tirar na sorte. **Saiu** o da minha escolha. Meu pai então **pôs** um ar resignado que era uma ordem para que todos também se resignassem e **disse**: “Pronto. Agora tem que ser Maria Bethânia”. E **saiu** para registrar a recém-nascida com esse nome.

As formas verbais destacadas organizam-se sequencialmente estabelecendo entre si uma relação de

- (A) causa e efeito.
- (B) afirmação e refutação.
- (C) hipótese e comprovação.
- (D) alegação e retificação.
- (E) condição e alternância.

**03.** Um sinônimo e um antônimo para a palavra destacada no trecho “Meu pai então pôs um ar **resignado**...” estão, respectivamente, em:

- (A) submisso; vacilante.
- (B) paciente; hesitante.
- (C) psmo; irredutível.
- (D) conformado; indócil.
- (E) aturdido; obstinado.

**04.** A expressão “ainda hoje o é, na lembrança”, entre travessões no texto, serve ao propósito de

- (A) frisar que o relato das irmãs é incompatível com a lembrança que o autor guarda do pai.
- (B) sugerir que o pai do autor levava sempre consigo uma expressão resignada.
- (C) ressaltar a vivacidade da recordação que o autor tem de seu pai.
- (D) questionar a autenticidade do toque de humor na expressão do pai do autor.
- (E) destacar que o autor não se recorda do pai com nitidez e, por isso, confia nas irmãs.

**05.** A partir da leitura do último período do texto, pode-se concluir que, para o autor,

- (A) o acaso não existe, na medida em que o presságio rege a vida.
- (B) a intencionalidade humana comprova o caráter ilusório do acaso.
- (C) a unicidade gratuita de cada acontecimento anula o acaso.
- (D) a existência do acaso é incompatível com a realidade dos fatos.
- (E) o presságio e a gratuidade não necessariamente se excluem.

06. A oração “Como havia várias outras sugestões...” está reescrita em conformidade com a norma-padrão da língua portuguesa e com o sentido preservado em:

Como várias outras sugestões

- (A) houvera sido dadas...
- (B) haja sido dado...
- (C) haveriam de ser dado...
- (D) havia sido dadas...
- (E) houvessem sido dadas...

Leia o texto para responder às questões de números 07 a 13.

A maioria dos estudos científicos são financiados porque alguém acredita que eles podem ajudar a alcançar algum objetivo político, econômico ou religioso. Considere o seguinte dilema: dois biólogos do mesmo departamento, tendo as mesmas habilidades profissionais, candidataram-se a uma bolsa de 1 milhão de dólares para financiar seus projetos de pesquisa atuais. O professor Slughorn quer estudar uma doença que infecta os úberes de vacas, causando uma redução de 10% em sua produção de leite. A professora Sprout quer estudar se as vacas sofrem mentalmente quando são separadas dos bezerros. Presumindo que a quantidade de dinheiro é limitada e que é impossível financiar ambos os projetos de pesquisa, qual dos dois deve ser financiado?

Não há uma resposta científica para essa pergunta. Há apenas respostas políticas, econômicas e religiosas. No mundo de hoje, é óbvio que Slughorn tem maior chance de obter o dinheiro. Não porque as doenças do úbere sejam cientificamente mais interessantes do que a mentalidade bovina, mas porque a indústria leiteira, que está em posição de se beneficiar da pesquisa, tem mais influência política e econômica do que os defensores dos direitos dos animais.

(Yuval Noah Harari. *Sapiens – uma breve história da humanidade*. Trad. Janaína Marcoantonio. Porto Alegre, L&PM, 2015. Adaptado)

07. O autor sustenta a tese de que

- (A) o esforço científico é beneficiado ao se orientar por metas políticas, econômicas ou religiosas.
- (B) a ciência não estabelece os critérios para determinar quais pesquisas devem ser priorizadas.
- (C) os projetos científicos são formulados a partir dos interesses pessoais dos pesquisadores.
- (D) a política, a economia e a religião constituem partes estruturantes do pensamento científico.
- (E) os cientistas estabelecem uma hierarquia entre seus projetos avaliando sua contribuição social.

08. O autor apresenta o conteúdo do texto na seguinte ordem:

- (A) dedução, justificativa, recomendação.
- (B) argumento, contra-argumento, síntese.
- (C) definição, explicação, relativização.
- (D) afirmação, hipótese, conclusão.
- (E) ilustração, contestação, alerta.

09. Em “... candidataram-se a uma bolsa de 1 milhão de dólares para financiar seus projetos de pesquisa atuais.” (1º parágrafo), o vocábulo **para** estabelece relação de

- (A) finalidade.
- (B) condição.
- (C) conformidade.
- (D) modo.
- (E) proporção.

10. A frase do texto que permanecerá pontuada em conformidade com a norma-padrão da língua após a supressão da vírgula destacada entre colchetes é:

- (A) ... dois biólogos do mesmo departamento [ , ] tendo as mesmas habilidades profissionais, candidataram-se a uma bolsa de 1 milhão de dólares... (1º parágrafo)
- (B) No mundo de hoje [ , ] é óbvio que Slughorn tem maior chance de obter o dinheiro. (2º parágrafo)
- (C) ... dois biólogos do mesmo departamento, tendo as mesmas habilidades profissionais [ , ] candidataram-se a uma bolsa de 1 milhão de dólares... (1º parágrafo)
- (D) Presumindo que a quantidade de dinheiro é limitada e que é impossível financiar ambos os projetos de pesquisa [ , ] qual dos dois deve ser financiado? (2º parágrafo)
- (E) ... a indústria leiteira, que está em posição de se beneficiar da pesquisa [ , ] tem mais influência política e econômica... (2º parágrafo)

11. Ao reescrever-se o trecho que antecede a vírgula em “Presumindo que a quantidade de dinheiro é limitada e que é impossível financiar ambos os projetos de pesquisa, qual dos dois deve ser financiado?” (2º parágrafo), iniciando-o por uma conjunção e fazendo os demais ajustes necessários, seu sentido condicional será preservado se for iniciado por:

- (A) Conforme.
- (B) Mesmo.
- (C) Caso.
- (D) Porquanto.
- (E) Assim.

12. Um trecho do texto está corretamente reescrito, segundo a norma-padrão da língua, e com o sentido original preservado em:

- (A) ... dois biólogos do mesmo departamento, cujas habilidades profissionais se equivale, candidataram-se a uma bolsa de 1 milhão de dólares... (1º parágrafo)
- (B) É possível que se encontre apenas respostas políticas, econômicas e religiosas. (2º parágrafo)
- (C) O professor Slughorn quer estudar uma doença que infecta os úberes de vacas, os quais causam uma redução de 10% em sua produção de leite. (1º parágrafo)
- (D) Não porque interessem menos aos cientistas a mentalidade bovina do que as doenças do úbere... (2º parágrafo)
- (E) A maioria dos estudos científicos recebe financiamento porque alguém acredita que eles possam ajudar a alcançar algum objetivo político, econômico ou religioso. (1º parágrafo)

13. Assinale a alternativa em que o trecho do texto está corretamente reescrito, no que se refere à ocorrência da crase.

- (A) ... a indústria leiteira, que está em posição de se beneficiar da pesquisa... (2º parágrafo) / ... a indústria leiteira, à qual a pesquisa poderá trazer benefícios...
- (B) ... causando uma redução de 10% em sua produção de leite. (1º parágrafo) / ... levando à uma redução de 10% em sua produção de leite.
- (C) ... qual dos dois deve ser financiado? (1º parágrafo) / à qual dos dois deve ser dado financiamento?
- (D) ... ajudar a alcançar algum objetivo político, econômico ou religioso. (1º parágrafo) / ... conduzir à algum objetivo político, econômico ou religioso.
- (E) Não há uma resposta científica para essa pergunta. (2º parágrafo) / Não há uma resposta científica à essa pergunta.

Leia o texto para responder às questões de números 14 a 20.

A internet mudou o mundo – e também o meu mundo. Os textos agora podem ter o tamanho que exigirem. E descobrir o seu tamanho é parte do desafio de escrever. Há quem defenda que a internet foi feita para textos curtos e notícias instantâneas. Só se fôssemos doidos de perder essa chance. Na internet cabem todos os formatos, mas, para jornalistas e para leitores, talvez a maior conquista seja a ampliação da possibilidade de escrever – e de ler – textos de profundidade, analíticos, que respeitam a complexidade dos temas. E, assim, ficar menos dependente da disputa por espaço e por páginas, que, se é importante quando traduz um debate movido pela relevância, é também uma afirmação de poder e de hegemonia de uma visão de mundo sobre outras.

O leitor não gosta de textos longos? Não é o que a audiência tem mostrado. E agora há como provar. Me parece que na internet o leitor abandona o lugar de entidade quase metafísica, para encarnar em comentários, compartilhamentos e cliques. Tornando-se, ele mesmo, também um escritor, na medida em que o texto continua a ser escrito a partir de suas observações, no acréscimo de nuances e argumentos. A leitura evolui para um debate – o que antes era vertical se horizontaliza. Acredito que uma parte significativa dos leitores não avalia ou decide sua leitura pelo tamanho do texto, mas pelo tamanho do respeito pelo seu tempo e pela sua inteligência. Por aquilo que o texto faz ecoar nele – mesmo quando o incomoda.

(Eliane Brum. *A menina quebrada*. Porto Alegre, Arquipélago, 2013. Adaptado)

14. A autora revela a opinião de que

- (A) o jornalismo se transformou radicalmente com a internet, pois cada leitor é hoje um escritor em potencial, e a concorrência entre um número crescente de escritores garante textos mais concisos.
- (B) os textos publicados na internet têm se tornado progressivamente mais longos em decorrência de uma demanda por textos mais didáticos, tendo em vista o propósito moralizante das redes sociais.
- (C) a falta de censura na internet amplia as possibilidades criativas dos escritores, embora, como consequência, redunde em debates cada vez mais acalorados, com repercussões imprevistas.
- (D) a internet é uma plataforma mais democrática que a mídia impressa, na medida em que esta pode favorecer determinados posicionamentos ideológicos em detrimento de outros.
- (E) os temas discutidos pelo jornalismo digital têm maior relevância que os abordados nas páginas do jornalismo tradicional, de papel, na medida em que o público da internet é menos conservador.

15. Ao afirmar que “o que antes era vertical se horizontaliza” (2º parágrafo), a autora está defendendo que, na internet,
- o texto alcança leitores menos experientes que os da mídia impressa.
  - o leitor já não é apenas um mero receptor, mas um coautor do texto.
  - os autores são impossibilitados de fazer conjecturas sobre a repercussão de seus textos.
  - a qualidade da discussão é assegurada pela informalidade do debate.
  - o debate pode perder o foco e resultar em discussões irrelevantes.
16. Na apresentação de seu ponto de vista, no
- 1º parágrafo, a autora expõe uma tese que não é sua para depois refutá-la.
  - 2º parágrafo, a autora não chega a emitir juízo de valor, restringindo-se ao relato factual.
  - 1º parágrafo, a autora prioriza o emprego de uma linguagem pessoal.
  - 2º parágrafo, a autora faz uma pergunta retórica, para a qual não tem resposta.
  - 2º parágrafo, a autora faz especulações pouco realistas acerca do futuro da internet.
17. Há palavras com evidente sentido figurado no seguinte trecho do texto:
- E descobrir o seu tamanho é parte do desafio de escrever. (1º parágrafo)
  - O leitor não gosta de textos longos? (2º parágrafo)
  - Acredito que uma parte significativa dos leitores não avalia ou decide sua leitura pelo tamanho do texto... (2º parágrafo)
  - Há quem defenda que a internet foi feita para textos curtos e notícias instantâneas. (1º parágrafo)
  - ... o leitor abandona o lugar de entidade quase metafísica, para encarnar em comentários... (2º parágrafo)
18. Atendendo à regência da palavra **respeito** conforme a norma-padrão da língua, a preposição **por** no trecho “... respeito **pelo** seu tempo e **pela** sua inteligência...” (2º parágrafo) pode ser substituída, com os devidos ajustes quanto ao artigo, por:
- sobre.
  - em.
  - com.
  - ante.
  - entre.
19. Quanto à regência verbal e ao emprego e à colocação pronominal, o trecho “... mesmo quando o incomoda.” (2º parágrafo) estará corretamente reescrito, conforme a norma-padrão da língua, em:
- ... mesmo quando o causa incômodo.
  - ... mesmo quando causa-o incômodo.
  - ... mesmo quando lhe causa incômodo.
  - ... mesmo quando causa-lhe incômodo.
  - ... mesmo quando causa-no incômodo.
20. Está em conformidade com a norma-padrão da língua a seguinte frase escrita a partir do texto:
- Escrever textos analíticos é a oportunidade de que o jornalismo não deve deixar escapar.
  - Na opinião da autora, os textos agora podem ter o tamanho de que necessitem.
  - A autora aponta a qualidade como o critério de que o leitor considera para escolher os textos.
  - Uma das conquistas de que jornalistas comemoraram foi a ampliação do espaço para o texto.
  - A internet foi feita para textos curtos – esta é uma ideia de que muitos aderiram.

#### MATEMÁTICA FINANCEIRA

21. Nos três últimos anos, devido a uma crise de oferta de petróleo, a gasolina chegou a sofrer um aumento de 130%, em média, chegando ao patamar de R\$ 4,90. Então, o preço da gasolina antes desse aumento era de
- R\$ 2,13.
  - R\$ 2,00.
  - R\$ 1,60.
  - R\$ 1,75.
  - R\$ 1,45.
22. Uma casa está alugada por R\$ 1.550,00 mensais e um investidor pretende comprá-la, com a condição de que a taxa de retorno com o aluguel seja de pelo menos 0,9% a.m. Para atender essa condição, o máximo que ele deve pagar pela casa é, aproximadamente:
- R\$ 190.000,00.
  - R\$ 180.000,00.
  - R\$ 210.000,00.
  - R\$ 200.000,00.
  - R\$ 170.000,00.

23. Um imóvel é ofertado pelo valor de R\$ 150.000,00, e um comprador oferece pagar R\$ 100.000,00 no ato da compra, mais cinco cheques pré-datados de R\$ 10.000,00 cada um, o primeiro para 30 dias e os seguintes, nos próximos cinco meses, sem cobrar juros. O vendedor sabe que pode descontar os cheques em um banco a uma taxa de 5% ao mês em desconto comercial. Então, o desconto para pagamento à vista que o vendedor pode dar sobre o total do imóvel para que os capitais sejam equivalentes é de

- (A) 10%.
- (B) 7,5%.
- (C) 15%.
- (D) 5%.
- (E) 12,5%.

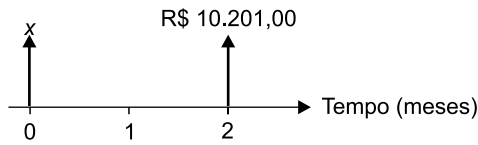
24. A empresa A contrata a empresa B para prestação de um serviço cujo valor à vista é  $V$ . Pelo contrato, A vai pagar B no prazo de 2 anos e meio, em uma única parcela que incluirá o valor à vista mais juros contratuais de 10% ao ano. Se o contrato firmado entre as partes para a quitação da dívida prevê taxa de juros compostos com convenção linear, então o valor mais próximo do total de juros que B deve pagar a A ao quitar a dívida no prazo é de, aproximadamente:

- (A)  $0,20V$ .
- (B)  $0,27V$ .
- (C)  $0,25V$ .
- (D)  $2,50V$ .
- (E)  $0,30V$ .

25. A empresa E desconta um título de valor nominal  $V$  em um banco que realiza essa operação aplicando taxa de desconto comercial simples (ou "por fora", como essa modalidade de cobrança também é conhecida) de 2% ao mês. Se o prazo para apresentação do título é de 10 meses, então a taxa efetiva mensal de juros cobrada pelo banco nessa operação é de

- (A) 3,0%.
- (B) 3,5%.
- (C) 4,0%.
- (D) 2,5%.
- (E) 2%.

26. O esquema a seguir representa o fluxo de caixa relativo à compra de um bem, realizada nas seguintes condições: uma primeira parcela de entrada no valor  $x$  reais na data 0 (zero) cujo valor foi de 20% do valor  $V$  do bem; uma segunda parcela de valor anotado na data 2, quitando totalmente o valor da compra. A taxa de juros contratada foi de 1% ao mês de juros compostos.



De acordo com os dados, um dos valores seguintes é o da entrada  $x$ :

- (A) R\$ 2.000,00.
  - (B) R\$ 3.000,00.
  - (C) R\$ 2.500,00.
  - (D) R\$ 4.000,00.
  - (E) R\$ 3.500,00.
27. Um banco faz um empréstimo de R\$ 60.000,00 a uma empresa com prazo de 5 anos, e taxa de juros de 2% ao mês pelo sistema price. Ao calcular o valor da prestação mensal por uma calculadora financeira, foi obtido o valor de R\$ 1.726,00. Em cada prestação, uma parte corresponde ao juro sobre a dívida e outra parte para amortização. Então, a soma das amortizações das duas primeiras parcelas é de, aproximadamente:
- (A) R\$ 2.230,00.
  - (B) R\$ 5.160,00.
  - (C) R\$ 1.000,00.
  - (D) R\$ 2.390,00.
  - (E) R\$ 1.060,00.



28. Um banco faz um empréstimo de R\$ 60.000,00 a uma empresa com prazo de 5 anos, e taxa de juros de 2% ao mês pelo sistema SAC. Então, o valor da vigésima prestação mensal é de, aproximadamente:
- (A) R\$ 1.940,00.
  - (B) R\$ 1.200,00.
  - (C) R\$ 2.200,00.
  - (D) R\$ 1.820,00.
  - (E) R\$ 1.730,00.
29. Um empresário possui 4 duplicatas, vencíveis em 30, 60, 90 e 120 dias, nos valores de R\$ 10.000,00, R\$ 15.000,00, R\$ 20.000,00 e R\$ 20.000,00, respectivamente. Ele pretende receber antecipadamente esses quatro valores pagando a taxa de desconto comercial de 5% ao mês. O Banco propõe a troca desses quatro títulos por um único título no valor de R\$ 64.000,00 a vencer em certo prazo  $n$ . Então, para que seja indiferente ao empresário, ou seja, para que haja equivalência de capitais, à taxa de desconto comercial de 5% ao mês, este prazo  $n$ , deverá ser de, aproximadamente e arredondado para número inteiro:
- (A) 75 dias.
  - (B) 55 dias.
  - (C) 50 dias.
  - (D) 35 dias.
  - (E) 65 dias.
30. Um investidor aplicou R\$ 50.000,00 por 4 meses a juros simples e à taxa de juros de 3% ao mês. Ao final do período, aplicou esse primeiro montante, agora a juros compostos e à mesma taxa de 3% a.m. por dois meses, obtendo esse segundo montante. Os juros da segunda operação é  $x$  vezes o juro obtido na primeira operação. Então, o valor de  $x$  é igual a, aproximadamente:
- (A) 0,62.
  - (B) 0,56.
  - (C) 0,48.
  - (D) 0,65.
  - (E) 0,82.

Considere a tabela-1 e o enunciado seguintes para responder às questões de números **31** e **32**.

$x_i$	$f_i$	$x_i \times f_i$	$(x_i - \bar{x})^2$
1	2	2	<b>A</b>
3	4	12	4
5	6	30	<b>B</b>
7	4	28	4
9	2	18	<b>C</b>
<b>Totais</b>	<b>18</b>	<b>90</b>	<b>40</b>

Tabela-1

A tabela-1 de distribuição de frequência mostra a organização e síntese de 18 dados  $x_i$  colhidos como amostra para um estudo estatístico, onde a coluna  $f_i$  é a que registra os valores das frequências, enquanto a coluna  $(x_i - \bar{x})^2$  contém os valores dos quadrados dos desvios.

**31.** Os valores substituídos pelas letras **A**, **B** e **C** na tabela são, respectivamente:

- (A) 4, 4, 4.
- (B) 16, 0, 16.
- (C) 0, 16, 0.
- (D) 16, 4, 16.
- (E) 0, 4, 0.

**32.** Entre os números a seguir, o que mais se aproxima da variância amostral é:

- (A) 3.
- (B) 1.
- (C) 5.
- (D) 9.
- (E) 7.

33. Sabe-se que as probabilidades de um carro transportar 1, 2, 3, 4 ou 5 pessoas são de 0,05, 0,20, 0,40, 0,25 e 0,10, respectivamente. Se em uma cidade chegaram 400 carros, a estimativa de pessoas que chegaram é de
- (A) 1400.
  - (B) 1600.
  - (C) 1260.
  - (D) 2000.
  - (E) 1320.
34. Ao operar em um turno de trabalho, uma linha de produção se interrompe totalmente se uma máquina M1 falhar. Para diminuir o risco de interrupção, ligou-se ao sistema uma máquina M2 programada para entrar imediatamente em funcionamento caso M1 falhe, fazendo com que o sistema prossiga. A probabilidade de M1 falhar é de  $1/20$  e a probabilidade de M2 falhar é também de  $1/20$ . A probabilidade de que o sistema não se interrompa durante um turno de trabalho após a inclusão de M2 é de
- (A) 97,5%.
  - (B) 99%.
  - (C) 90,25%.
  - (D) 95%.
  - (E) 99,75%.
35. De uma população, escolheu-se uma amostra casual de 10 pessoas e os seus pesos  $Y$ , em quilogramas, e alturas  $X$ , em centímetros, foram anotados. Sabendo-se que a equação de regressão linear correspondente é igual a  $Y_c = 36,8 + 0,16x$ , então o peso esperado de uma pessoa que tenha 180 cm de altura, em quilos, é aproximadamente igual a
- (A) 63,2.
  - (B) 70,3.
  - (C) 61,2.
  - (D) 65,6.
  - (E) 52,6.

## RACIOCÍNIO LÓGICO

36. Considere falsidades as duas proposições a seguir:

- I. Ana concorre ao cargo de auditora fiscal ou Jorge concorre ao cargo de professor.
- II. Se Carlos está fazendo a prova, então ele está concorrendo ao cargo de auditor fiscal.

Com base nas informações apresentadas, assinale a alternativa que contém uma proposição necessariamente verdadeira.

- (A) Ana concorre ao cargo de professora e Jorge concorre ao cargo de auditor fiscal.
- (B) Carlos concorre ao cargo de auditor fiscal ou Ana concorre ao cargo de professor.
- (C) Carlos não está fazendo a prova e Jorge não concorre ao cargo de professor.
- (D) Ana não concorre ao cargo de auditora fiscal e Carlos concorre ao cargo de professor.
- (E) Carlos está fazendo a prova ou Jorge concorre ao cargo de professor.

37. Pretende-se analisar se uma proposição P, composta por quatro proposições simples, implica uma proposição Q, composta pelas mesmas quatro proposições simples, combinadas com conectivos distintos. Como são desconhecidos os valores lógicos das proposições simples envolvidas, pretende-se utilizar uma tabela verdade, estudando-se todas as possíveis combinações entre os valores lógicos dessas proposições, a fim de ser utilizada a definição de implicação lógica. Dessa forma, o referido número total de combinações possíveis é

- (A) 16.
- (B) 64.
- (C) 32.
- (D) 8.
- (E) 4.

38. Considere as seguintes proposições:

- I. Se Marcos é auditor fiscal ou Luana é administradora, então Marcos é auditor fiscal e Luana é administradora.
- II. Se Marcos é auditor fiscal e Luana é administradora, então Marcos é auditor fiscal se, e somente se, Luana é administradora.

As proposições I e II, nessa ordem, são classificadas como

- (A) contingência e contingência.
- (B) contingência e tautologia.
- (C) contingência e contradição.
- (D) tautologia e tautologia.
- (E) contradição e tautologia.

39. Uma proposição logicamente equivalente à afirmação “Se Marcos é engenheiro, então Roberta é enfermeira e Ana é psicóloga” é apresentada na alternativa:

- (A) Se Roberta é enfermeira e Ana é psicóloga, então Marcos é engenheiro.
- (B) Se Marcos não é engenheiro, então Roberta não é enfermeira e Ana não é psicóloga.
- (C) Se Roberta não é enfermeira ou Ana não é psicóloga, então Marcos não é engenheiro.
- (D) Roberta não é enfermeira, Ana não é psicóloga e Marcos não é engenheiro.
- (E) Ana é psicóloga, Marcos é engenheiro e Roberta é enfermeira.

40. Considere verdadeiras as seguintes premissas:

- I. Ou Carlos é auditor fiscal ou Vânia é auditora fiscal.
- II. Se Carlos é auditor fiscal, então Roberto é juiz.
- III. Roberto é juiz ou Vânia é auditora fiscal.

Das alternativas a seguir, a única que contém uma afirmação que pode ser tomada como conclusão para se ter, juntamente com as três premissas apresentadas, um argumento válido é:

- (A) Carlos e Vânia são auditores fiscais e Roberto é juiz.
- (B) Carlos não é auditor fiscal, Vânia é auditora fiscal, e Roberto não é juiz.
- (C) Carlos e Vânia não são auditores fiscais e Roberto é juiz.
- (D) Carlos é auditor fiscal, Vânia não é auditora fiscal e Roberto não é juiz.
- (E) Carlos e Vânia não são auditores fiscais e Roberto não é juiz.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### PROCESSO E PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO/ DIREITO ADMINISTRATIVO

41. Em matéria de organização administrativa brasileira, a descentralização administrativa

- (A) consiste na distribuição de competências e responsabilidades dentro de uma mesma pessoa, mantendo-se a hierarquia.
- (B) se dá por meio da transferência de competência, apenas, para as pessoas da Administração indireta, que possuam personalidade jurídica própria.
- (C) é espécie inadmissível no ordenamento jurídico pátrio.
- (D) se dá mediante o deslocamento de competência para uma nova pessoa, sem a subordinação hierárquica, embora haja o controle e a fiscalização do Poder Público.
- (E) consiste na distribuição de competências e responsabilidade dentro de uma mesma pessoa, deixando de existir a subordinação.

42. As empresas públicas e sociedade de economia mista:

- (A) embora integrantes da Administração direta, tais empresas seguem o regime jurídico próprio das empresas privadas.
- (B) são pessoas jurídicas de direito público integrantes da Administração direta e seus empregados são contratados pelo Regime Geral de Previdência Social.
- (C) são entidades da Administração indireta, instituídas pelo poder público, mediante personificação de um patrimônio, para o desempenho de atividades sociais.
- (D) são pessoas jurídicas de direito público integrantes da Administração indireta que possuem capital público e privado.
- (E) são pessoas jurídicas de direito privado, integrantes da Administração indireta, sujeitas ao princípio constitucional da prévia nomeação por concurso público para o provimento do seu quadro de pessoal.

43. Em relação ao poder de polícia administrativo, assinale a alternativa correta.

- (A) É ato administrativo discricionário, que pode ser anulado por razão de conveniência da Administração.
- (B) Poderá ser delegado, mediante lei específica, a entes da Administração indireta.
- (C) Decorre da relação de subordinação entre o administrado e seu superior hierárquico.
- (D) O poder de polícia é tratado apenas no âmbito da legislação infraconstitucional.
- (E) É aquele conferido de forma privativa aos Chefes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

44. Ocorre a revogação do ato administrativo

- (A) em razão de conveniência e oportunidade.
- (B) por motivo de nulidade.
- (C) por motivo de ilegalidade.
- (D) uma vez esgotado o conteúdo jurídico do ato.
- (E) pelo implemento de uma condição resolutiva.

45. A empresa SORRISUS S.A. venceu determinada licitação pública para prestação de serviços de limpeza e conservação predial. O contrato administrativo chegou a ser formalizado, porém, por razões que não vêm ao caso, o acordo foi rescindido logo após o início da execução. Nesse caso, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93,

- (A) deverá necessariamente ser revogada a licitação que deu ensejo ao contrato rescindido e ser promovido um novo certame, em atenção ao princípio da economicidade.
- (B) deverá necessariamente ser anulada a licitação que deu ensejo ao contrato rescindido e ser promovido um novo certame, em atenção ao princípio da competitividade.
- (C) deverá necessariamente ser desencadeada uma nova licitação, vez que em hipótese alguma será aproveitado procedimento licitatório encerrado.
- (D) é dispensável a licitação na contratação de remanescente de serviço, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido.
- (E) deverá necessariamente ser contratada por inexigibilidade de licitação a segunda empresa melhor colocada no certame licitatório, desde que aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor.

46. A Lei nº 8.666/93, quanto a dividir licitações em parcelas, estabelece:
- (A) mesmo que o objeto possa ser parcelado, cabe única licitação, preservada a modalidade licitatória correspondente ao valor inicialmente estimado da contratação.
  - (B) as compras, sempre que possível, deverão ser subdivididas em parcelas limitadas para aproveitar as peculiaridades do mercado, visando economicidade.
  - (C) as obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.
  - (D) sempre que possível o parcelamento, deverão ser promovidas licitações distintas, obrigatoriamente na modalidade concorrência.
  - (E) as licitações que têm por objeto obras e serviços não podem ser parceladas, há de corresponder licitação única, preservada a modalidade pertinente para a execução do objeto em licitação.
47. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído pela Lei Federal nº 8.666/93 confere à Administração, em relação a tais contratos, a prerrogativa de
- (A) rescindi-los, de forma necessariamente amigável, ante a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.
  - (B) modificá-los, sempre mediante acordo entre as partes, para melhor adequação às finalidades de interesse público.
  - (C) nos casos de serviços não essenciais, ocupar provisoriamente bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato.
  - (D) fiscalizar-lhes a execução e aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.
  - (E) alterar as cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos administrativos unilateralmente.
48. A retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização, é hipótese de extinção da concessão do serviço público conhecida como
- (A) advento contratual.
  - (B) encampação.
  - (C) rescisão.
  - (D) caducidade.
  - (E) revogação.
49. A respeito do instituto da autorização do serviço público, é correto afirmar:
- (A) uma vez revogada por conveniência do interesse público, gera, em regra, direito à indenização.
  - (B) há delegação, a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos.
  - (C) necessita, em regra, de licitação.
  - (D) é formalizado por meio de um ato sempre conjugado da Administração pública com o particular.
  - (E) é discricionário e conferido a título precário.
50. Maria Hipólita ocupa cargo efetivo de auditor fiscal tributário dos quadros da Prefeitura de Campinas. Ao receber proposta para acumular seu cargo público com o cargo remunerado de professor em escola estadual, Maria Hipólita
- (A) pode aceitar, desde que haja compatibilidade de horários.
  - (B) pode aceitar, mesmo que não haja compatibilidade de horário.
  - (C) pode aceitar, pois é permitida a acumulação remunerada de quaisquer cargos públicos.
  - (D) deve recusar, porque não é possível acumular cargo técnico com cargo de professor.
  - (E) deve recusar, pois é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos.

51. Valendo-se do cargo de auditor fiscal tributário, José concede benefício fiscal sem a observância das formalidades legais aplicáveis ao ISS. Independentemente das sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito às seguintes cominações, que podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato:
- ressarcimento integral do dano, se houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos, pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos.
  - perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ressarcimento integral do dano, quando houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos, pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de dez anos.
  - ressarcimento integral do dano, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer esta circunstância, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos, pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos.
  - perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de 5 (cinco) a 8 (oito) anos e multa civil de até 3 (três) vezes o valor do benefício financeiro ou tributário concedido.
  - perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de 8 (oito) a 10 (dez) anos e multa civil de até 5 (cinco) vezes o valor do benefício financeiro ou tributário concedido.
52. Quanto ao Município de Campinas e o controle pelos Tribunais de Contas, assinale a alternativa correta.
- Ao Tribunal de Contas do Município de Campinas é atribuída competência para fiscalização financeira do município.
  - O controle externo é exercido pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e o controle interno é exercido pelo Tribunal de Contas do Município.
  - Enquanto não for criado o Tribunal de Contas próprio do Município de Campinas, o Tribunal de Contas do Estado fará o controle.
  - O controle interno é exercido pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e o controle externo é exercido pelo Tribunal de Contas do Município.
  - Na inexistência de Tribunal de Contas do Município, a Constituição Federal atribuiu competência ao Tribunal de Contas do Estado para fiscalização financeira do município.
53. José devia o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a Joaquim e decidiu realizar o pagamento emitindo um cheque, no mesmo valor da dívida, que foi devolvido por insuficiência de fundos. Joaquim procurou José e disse que iria promover um processo de execução para obter o valor da dívida. Com receio de ter seus bens penhorados em processo de execução, José propôs dar em pagamento pelo valor da dívida seu carro. Joaquim não sabia o valor do carro, pressupôs que o valor deste fosse equivalente ao valor da dívida, e aceitou a proposta. Entretanto, o carro tinha um valor de mercado de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais). Passado um mês, José se arrepende da dação em pagamento realizada. Diante do caso hipotético, pode-se corretamente afirmar que o negócio jurídico é:
- anulável por erro.
  - válido.
  - anulável por estado de perigo.
  - anulável por lesão.
  - anulável por coação.
54. Caio arrombou a casa, de propriedade de Mélvio, que era alugada para Tício, para salvar este último, pois percebeu que havia um vazamento de gás. Tício estava já desacordado e, se não fosse a intervenção de Caio, teria falecido. Os danos não excederam os limites do indispensável para a remoção do perigo. O vazamento decorreu de um reparo realizado de forma inadequada por Pedro, antigo morador do imóvel, que não era de conhecimento de Tício. Os prejuízos decorrentes do arrombamento são de responsabilidade de
- Caio, o qual poderá ajuizar ação regressiva contra Pedro.
  - Tício, o qual poderá ajuizar ação regressiva contra Pedro.
  - Mélvio, o qual poderá ajuizar ação regressiva contra Pedro.
  - Caio e Pedro, solidariamente.
  - Pedro, o único que pode ser acionado para responder pelos prejuízos.

55. Maria vendeu a Joana um terreno certo e discriminado, localizado na esquina entre as Ruas "A" e "B". O contrato previu o preço de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e descrevia o terreno como tendo a extensão de 500 m<sup>2</sup>, constando cláusula contratual prevendo que a descrição do imóvel era meramente enunciativa. Não constou expressamente do contrato que a venda seria *ad corpus*. Após formalizada a venda, Joana realizou um trabalho de topografia no imóvel e descobriu que o terreno tinha uma extensão real de 450 m<sup>2</sup>. Nesse caso, pode-se corretamente afirmar que
- (A) apenas se for provado que o vendedor sabia da diferença, tendo agido de má-fé, haverá o direito do comprador de exigir o complemento da área, e, não sendo isso possível, o de reclamar a resolução do contrato ou abatimento proporcional ao preço.
  - (B) como não constou expressamente ter sido a coisa vendida *ad corpus*, bem como a diferença é superior a um vigésimo da área descrita, há direito do comprador de exigir o complemento da área, e, não sendo isso possível, o de reclamar a resolução do contrato ou abatimento proporcional ao preço.
  - (C) não haverá complemento de área, nem devolução de excesso, tendo em vista que o imóvel foi vendido como coisa certa e discriminada, tendo sido apenas enunciativa a referência às suas dimensões, mesmo não constando, de modo expresso, ter sido a venda *ad corpus*.
  - (D) sempre que a descrição da área não corresponder à realidade, o comprador terá o direito de exigir o complemento da área, e, não sendo isso possível, o de reclamar a resolução do contrato ou abatimento proporcional ao preço.
  - (E) não há o direito de exigir qualquer indenização porque a diferença não excede de um décimo da área total enunciada.
56. Abel, sabendo que um terreno de propriedade de seu irmão Caim estava vazio e desocupado, resolveu invadi-lo. No dia da invasão, Caim, ao tomar conhecimento de que o seu terreno estava sendo invadido por Abel, foi até o imóvel e, por sua própria força, tentou retirá-lo, mas foi violentamente impedido, após um confronto físico entre ambos. A respeito do caso, pode-se corretamente afirmar que
- (A) a posse de Abel é precária.
  - (B) Caim cometeu crime de exercício arbitrário das próprias razões, pois não poderia, por força própria, mesmo antes da invasão se consumar, tentar impedir a invasão.
  - (C) Abel deverá ajuizar ação de manutenção de posse, tendo em vista ter posse justa, em razão da violência praticada por Caim.
  - (D) a posse de Abel é injusta.
  - (E) Abel, em razão da tentativa de retomada de Caim, tem posse justa, mas violenta.
57. Conforme lição de Aristóteles, a equidade é "uma mitigação da lei escrita por circunstâncias que ocorrem em relação às pessoas, às coisas, ao lugar ou tempos". Sobre a equidade, considerando o direito positivado no Brasil, pode-se corretamente afirmar que
- (A) a equidade não é prevista na legislação federal, mas pode ser aplicada pelo juiz.
  - (B) o juiz somente decidirá por equidade nos casos previstos em lei.
  - (C) a equidade deve ser utilizada, mesmo que resulte no afastamento de regra constitucional ou legal que discipline diretamente o caso a ser julgado.
  - (D) a equidade é vedada no ordenamento jurídico brasileiro, tendo em vista o princípio da legalidade.
  - (E) julgamentos por equidade somente podem ser realizados pelo Supremo Tribunal Federal.
58. Sobre a empresa e empresário, pode-se corretamente afirmar que
- (A) aquele cuja atividade rural constitua sua principal profissão pode, observadas as formalidades da lei e regular inscrição, ser equiparado, para todos os efeitos, ao empresário sujeito a registro.
  - (B) a atividade empresarial somente pode ser exercida por pessoas jurídicas regularmente inscritas no Registro Público de Pessoas Jurídicas.
  - (C) considera-se empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística com o concurso de auxiliares ou colaboradores, mesmo que o exercício da profissão não constitua elemento de empresa.
  - (D) o empresário que instituir sucursal, filial ou agência, em lugar sujeito à jurisdição de outro Registro Público de Pessoas Jurídicas neste deverá também inscrevê-la, com a prova da inscrição originária.
  - (E) é obrigatória a inscrição do empresário no Registro Público de Pessoas Jurídicas da respectiva sede, antes do início de sua atividade.



59. A pessoa jurídica empresária "ABC Ltda" deixou de satisfazer as obrigações tributárias municipais. Após regular constituição da dívida ativa e ajuizamento das execuções fiscais, foi homologado judicialmente pedido de recuperação judicial. Acerca do caso hipotético relatado, assinale a alternativa correta.

- (A) As execuções fiscais ficam automaticamente suspensas em razão do deferimento do pedido de recuperação judicial.
- (B) O produto dos atos de constrição patrimonial realizados no juízo de execução fiscal deve permanecer no juízo da execução, não podendo, nem mesmo eventual excedente, ser direcionado ao juízo universal.
- (C) A depender da situação econômica da empresa, em especial tendo em vista o princípio da função social da empresa, pode o juiz, discricionariamente, decidir pela suspensão das execuções fiscais.
- (D) As execuções fiscais devem ser deslocadas para o juízo universal da recuperação judicial.
- (E) O deferimento da recuperação judicial não suspende a execução fiscal, mas os atos que importem em constrição ou alienação do patrimônio da recuperanda devem se submeter ao juízo universal.

60. Sobre as ações preferenciais, pode-se corretamente afirmar:

- (A) não podem ser emitidas ações preferências que prevejam, cumulativamente, a prioridade na distribuição de dividendo e no reembolso do capital, sob pena de se colocar em risco o interesse dos titulares das ações ordinárias.
- (B) para os portadores de ações preferenciais que prevejam dividendos fixos, estes devem sempre ser distribuídos, mesmo que em prejuízo do capital social, desde que sejam previstas medidas compensatórias para os exercícios financeiros seguintes.
- (C) salvo disposição em contrário no estatuto, a ação com dividendo mínimo participa dos lucros distribuídos em igualdade de condições com as ordinárias, depois de a estas assegurado dividendo igual ao mínimo.
- (D) não podem ser emitidas ações preferenciais sem direito de voto, mas é possível as com restrição ao exercício deste direito, desde que, neste último caso, previsto em estatuto.
- (E) a lei exclui o direito dos titulares de ações preferenciais de participar dos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas ou lucros.

## DIREITO CONSTITUCIONAL

61. Sobre o chamado conceito ideal de constituição, assinale a alternativa correta.

- (A) Trata-se de conceito imposto a partir do êxito do movimento constitucional no início do século XX, o qual se identifica com os postulados políticos-liberais.
- (B) Referido conceito define a constituição como o estatuto jurídico fundamental da comunidade ou lei fundamental da sociedade, que possui uma especificidade de conteúdo material.
- (C) O conceito ideal de constituição considera a supremacia do interesse público sobre o privado como elemento material caracterizador.
- (D) De acordo com o conceito ideal de constituição, esta pode ser escrita, não escrita, analítica ou sintética.
- (E) Segundo esse conceito, a constituição deve consagrar um sistema de garantias da liberdade, por meio do reconhecimento de direitos individuais e da participação dos cidadãos nos atos do poder legislativo.

62. Considerando-se as classificações doutrinárias das constituições, é correto afirmar que, quanto

- (A) à origem, as constituições podem ser dogmáticas ou históricas.
- (B) à extensão, as constituições podem ser analíticas ou sintéticas.
- (C) à forma, as constituições podem apresentar-se como promulgadas ou outorgadas.
- (D) à estabilidade, as constituições podem ser materiais ou formais.
- (E) ao conteúdo, as constituições podem ser escritas ou não escritas.

63. O Poder Constituinte é a manifestação soberana da suprema vontade de um povo, social e juridicamente organizado. A respeito do tema, assinale a alternativa correta.

- (A) Modernamente, predomina o entendimento de que as Assembleias Legislativas titularizam o poder constituinte, pois são órgãos que atuam por delegação popular.
- (B) O Poder Constituinte originário manifesta-se de acordo com forma prefixada, não obstante seja caracterizado por ser incondicionado e ilimitado.
- (C) O Poder Constituinte é distinto, superior, anterior e fonte de autoridade dos poderes constituídos, com eles não se confundindo.
- (D) O Poder Constituinte derivado reformador consiste na possibilidade de auto-organização dos Estados-membros, por meio de suas respectivas constituições estaduais.
- (E) O Poder Constituinte derivado decorrente consiste na possibilidade de alterar-se o texto constitucional, observando-se a regulamentação especial prevista na Constituição.

- 64.** Assinale a alternativa correta com relação ao direito de reunião assegurado pelo art. 5º, XVI, da Constituição da República.
- (A) É constitucional ato normativo que vede a utilização de objetos e aparelhos sonoros em reunião, por aplicação do princípio da proporcionalidade.
  - (B) O direito de reunião pode ser qualificado como uma garantia coletiva, mas não como um direito individual.
  - (C) O direito de reunião compreende o direito de organizá-la e de convocá-la, mediante prévia autorização da autoridade competente.
  - (D) Toda reunião deve ter duração limitada, em razão de seu caráter episódico e temporário.
  - (E) A reunião pressupõe finalidade lícita e pacífica, razão pela qual o fato de alguma pessoa estar portando arma é motivo para sua dissolução.
- 65.** A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos. A respeito da matéria, assinale a alternativa que se coaduna com a Constituição Federal.
- (A) A criação de Municípios far-se-á por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerá de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal.
  - (B) Os Estados podem subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, por meio de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei ordinária.
  - (C) É vedado aos Municípios estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou de colaboração de interesse público.
  - (D) Os Territórios Federais integram a União e podem ser transformados em Estado, mediante aprovação da população diretamente interessada, por meio de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.
  - (E) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios recusar fé aos documentos públicos, salvo em hipóteses excepcionais estabelecidas em lei complementar.
- 66.** No tocante à organização municipal, assinale a alternativa que está em consonância com a Constituição Federal.
- (A) As contas dos Municípios ficarão, durante cento e vinte dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade.
  - (B) O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão judicial transitada em julgado.
  - (C) A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, mediante controle externo.
  - (D) Os Municípios poderão instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.
  - (E) Constitui crime de responsabilidade do Prefeito Municipal gastar mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores.
- 67.** Conforme disposto na Constituição Federal, compete privativamente à Câmara dos Deputados
- (A) processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade.
  - (B) autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.
  - (C) dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público federal.
  - (D) processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles.
  - (E) proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.

- 68.** Assinale a alternativa que está em consonância com o regramento constitucional estabelecido para os crimes de responsabilidade do Presidente da República.
- (A) O Presidente ficará suspenso de suas funções nos crimes de responsabilidade, após a instauração do processo pela Câmara dos Deputados.
  - (B) Nos crimes de responsabilidade, admitida a acusação contra o Presidente da República, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.
  - (C) A Constituição Federal estabelece rol taxativo dos crimes de responsabilidade do Presidente da República.
  - (D) Os crimes de responsabilidade do Presidente da República serão definidos em lei complementar, que estabelecerá as normas de processo e julgamento.
  - (E) São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra o livre exercício do Ministério Público.
- 69.** A interpretação sistemática do art. 149 da Constituição Federal permite a conclusão de que as contribuições sociais de intervenção no domínio econômico
- (A) podem ser criadas por meio de lei ordinária.
  - (B) não incidem sobre a importação de produtos estrangeiros ou serviços.
  - (C) podem ser instituídas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
  - (D) não observam o princípio da anterioridade mitigada.
  - (E) incidem sobre as receitas decorrentes de exportação.
- 70.** Considerando o regramento constitucional sobre o orçamento público, é correto afirmar que
- (A) leis de iniciativa do Poder Legislativo estabelecerão o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais.
  - (B) o estabelecimento de normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta, bem como condições para a instituição e funcionamento de fundos, é matéria de lei ordinária.
  - (C) os projetos de lei relativos aos créditos adicionais serão apreciados unicamente pela Câmara dos Deputados, na forma do regimento comum.
  - (D) a Lei Orçamentária Anual poderá autorizar a abertura de créditos suplementares e a contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita.
  - (E) caberá a uma Comissão permanente de Deputados Federais examinar e emitir parecer sobre as contas apresentadas anualmente pelo Presidente da República.

